



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

Procuradoria do Trabalho no Município de Campina Grande

**ATA DE MEDIAÇÃO RELATIVA AO PROCEDIMENTO MED**  
**000305.2015.13.001/8**

Às 10h24min do dia 23 de julho de 2015, na sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Campina Grande/PB (endereço no rodapé), sob a presidência do Exmo. PROCURADOR DO TRABALHO, Doutor Raulino Maracajá Coutinho Filho, foi instalada a audiência relativa ao procedimento em epígrafe. Comparecendo, representando o SINDICATO REQUERENTE os senhores, WILTON MAIA VELEZ, JOSÉ ALBERTO COELHO DANTAS, HENRIQUE DIOGENES GOMES DE ALMEIDA, GUILHERME MATEUS DE BARROS e JOSE BENÍCIO FILHO, acompanhados do Advogado Dr. Carlos Frederico Martins de Lira Alves, documentação anexada; pela empresa CAGEPA, compareceu a Sra. GICELLE DE ALCANTARA BONIFACIO, acompanhada do Advogado Dr. ELOI CUSTODIO MENESES.

**INSTALADA A AUDIÊNCIA.**

O PROCURADOR DO TRABALHO informou os fatos que motivaram a designação da presente audiência e passou a palavra aos presentes.

Indagado(s) pelo PROCURADOR DO TRABALHO, o(s) Sr(s). representantes da empresa respondeu(ram) que: "a empresa ratifica a informação de que não há possibilidade financeira de conceder o pagamento do retroativo aos empregados conforme proposto pelo sindicato obreiro; que o acordo celebrado com o sindicato SINDAGUA (Sindicato com Base Territorial no Município de João Pessoa) foi implantado na folha de pagamento de todos os empregados da CAGEPA; que o referido acordo foi celebrado nos termos rejeitados pelo STIUPB; que a última reunião ocorrida foi realizada em João Pessoa com a diretoria colegiada da empresa; que na referida reunião foi sugerida pela diretoria que o sindicato levasse a última proposta para ser submetida a categoria, o que não foi aceito pela diretoria do sindicato."

Após os debates, o representante da Entidade Sindical se comprometeu a: "que a grande divergência do sindicato com a proposta apresentada pela empresa é a questão do pagamento do retroativo, uma vez que foi proposto pela empresa que o retroativo seria pago em janeiro e fevereiro de 2016 e englobaria apenas os meses de maio e junho de 2015; que o sindicato entende que para haver a integralidade do pagamento do retroativo deveria se referir aos meses de maio, junho, julho e agosto de 2015; que a base territorial do

sindicato é todo Estado da Paraíba com exceção de João Pessoa; que a última vez que se celebrou acordo coletivo relativo as cláusulas sociais foi em 2010/2012, todavia no dissídio coletivo ajuizado em 2012 restou acordado que todas as cláusulas sociais permaneceriam vigentes até 2014; que o sindicato entende ser grande prejuízo para o empregado o não pagamento do retroativo em sua integralidade, bem como da não renovação das cláusulas sociais, por isso não concorda com a proposta apresentada pela empresa, uma vez que a proposta do STIUPB é a seguinte: concorda com o índice de 8,34% apresentado pela CAGEPA, porém apenas dividido em duas parcelas iguais(julho e agosto), com o pagamento integral do retroativo referente a data base(1º de Maio de 2015), bem como com a renovação das cláusulas sociais; que a referida proposta já foi submetida a categoria, não havendo razão para retardar a presente negociação com a realização de assembleias sugeridas pela CAGEPA para análise de uma proposta já debatida pela categoria."

A empresa pede para que fique registrado que "existe acordo coletivo vigente celebrado em 2014/2016 com o SINDAGUA, no qual estabelecem cláusulas sociais, as quais foram implementadas para todos os empregados da CAGEPA; que por isso entende não haver, neste momento, espaço para discussão sobre cláusulas sociais com o STIUPB, em virtude da vigência do mencionado instrumento."

Neste momento, o sindicato ressalta que o SINDAGUA possui base territorial apenas na cidade de João Pessoa, não tendo o STIUPB participado do acordo coletivo celebrado entre a CAGEPA e o SINDAGUA.

Analizando as propostas, bem como o histórico da negociação, percebe-se que não há grandes e inalcançáveis divergências que pudessem inviabilizar a presente mediação, todavia, neste momento, não houve possibilidade de conclusão e encerramento das tratativas de negociação.

Assim sendo, em virtude da não conclusão da presente mediação, retorne os autos conclusos ao gabinete para análise do seu prosseguimento.

**Assinaturas dispensadas**, nos termos do parágrafo único do art. 8º da Lei 11.419/2006.

A ata será disponibilizada em até até 72hs no site [www.prt13.mpt.mp.br](http://www.prt13.mpt.mp.br), podendo ser consultada através do peticionamento eletrônico do MPT.

(assinado eletronicamente)

**RAULINO MARACAJÁ COUTINHO FILHO**  
PROCURADOR DO TRABALHO

